TRANSFORMANDO A GEOGRAFIA HUMANA: ADOTANDO A AFROCENTRICIDADE

TRANSFORMING HUMAN GEOGRAPHY: EMBRACING AFROCENTRICITY

TRANSFORMANDO LA GEOGRAFÍA HUMANA: ADOPTANDO LA AFROCENTRICIDAD

Traduzido por:

Paula Regina Cordeiro
Universidade Federal Fluminense
procordeiro@id.uff.br

Gabriel Romagnose Fortunato Freitas Monteiro
Universidade Federal Fluminense
fortunatogabriel@id.uff.br

Resumo:
Reexaminar o que constitui o conhecimento válido e qual conhecimento é produzido e utilizado são as principais áreas de foco na relação da transformação da agenda no ensino superior. Esse artigo examina criticamente tais aspectos na relação da disciplina da geografia, com um foco especial na geografia humana, que é influenciada substancialmente pelas ciências humanas e sociais. O artigo usa especificamente a Afrocentricidade como um quadro metodológico e conceitual para informar a transformação da geografia humana e fornecer *insight* sobre como centralizar experiências e contextos Africanos no ensino e pesquisa em geografia humana. O artigo tem duas seções principais. A primeira seção realiza uma reconsideração crítica da geografia humana no contexto de transformação. A próxima seção examina especificamente o papel da pesquisa geográfica no avanço do saber [*scholarship*] Africano. O artigo conclui que a Afrocentricidade fornece um quadro útil para criticar categorias e conceitos geográficos aceitos e amplamente utilizados; repensando assim o que os geógrafos fazem e as implicações disso de uma perspectiva Africana centrada.

Palavras-chave: Geografia humana, afrocentricidade, saber africano, transformação, quadro metodológico.

Terra Livre	São Paulo	Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025	ISSN: 2674-8355

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Abstract[1]:
Re-examining what constitutes valid knowledge and how knowledge is produced and used are major focus areas in relation to the transformation agenda in higher education. This article critically examines these aspects in relation to the discipline of geography with a special focus on human geography which is substantially influenced by the humanities and social sciences. It specifically uses Afrocentricity as a methodological and conceptual framework to inform the transformation of human geography and provide insight into how to centralise African experiences and contexts in human geography teaching and research. The article has two main sections. The first section undertakes critical reconsideration of human geography in the transformation context. The next section specifically examines the role of geographical research in advancing African scholarship. The article concludes that Afrocentricity provides a useful framework to critique accepted and widely used geographical categories and concepts; thereby rethinking what geographers do and the implications thereof, from a Africancentred perspective.

Keywords: Human geography, afrocentricity, African scholarship, transformation, framework

Resumen:
Reexaminar qué constituye conocimiento válido y cómo se produce y utiliza el conocimiento son áreas de enfoque principales en relación con la agenda de transformación en la educación superior. Este artículo examina críticamente estos aspectos en relación con la disciplina de la geografía, con un enfoque especial en la geografía humana, que está sustancialmente influenciada por las humanidades y las ciencias sociales. Específicamente, utiliza el afrocentrismo como un marco metodológico y conceptual para informar la transformación de la geografía humana y proporcionar una visión sobre cómo centralizar las experiencias y los contextos africanos en la enseñanza y la investigación de la geografía humana. El artículo tiene dos secciones principales. La primera sección emprende una reconsideración crítica de la geografía humana en el contexto de la transformación. La siguiente sección examina específicamente el papel de la investigación geográfica en el avance de la erudición africana. El artículo concluye que el afrocentrismo

[1] BOB, Urmilla; PERRY, Edwin C. Transforming Human Geography: Embracing Afrocentricity. **Alternation**. Vol. 21, n. 2, p. 287-308, 2014. Disponível em: <encurtador.com.br/jkmuH>

proporciona un marco útil para criticar categorías y conceptos geográficos aceptados y ampliamente utilizados; repensando así lo que hacen los geógrafos y sus implicaciones, desde una perspectiva afrocéntrica.

Palabras-clave: Geografía humana, afrocéntricidad, producción académica africana, transformación, marco teórico.

Introdução e contexto

A noção do saber [*scholarship*] e transformação Africana está no centro da revisão da mudança socioeconômica nas diferentes arenas e re-examinação do processo de produção e utilização do conhecimento. O último requer uma avaliação crítica das premissas e orientações disciplinares que sustentam o esforço acadêmico na relação com o ensino e a pesquisa. Transformação não pode e não deve ser equiparada somente a mudanças no perfil demográfico de pessoas que, no contexto Sul Africano refere-se frequentemente (muitas vezes direcionando) a indivíduos e grupos de comunidades desfavorecidas tais como negros/Africanos, mulheres e os inválidos (disabled). É preciso um esforço conjunto para mudança de mentalidades, sistemas de valores, e maneiras de conhecer que impactam na sociedade. Repensar o que é considerado conhecimento válido, como ele é produzido e para que finalidade, torna-se essencial, especialmente nos ambientes educacionais. Esse artigo examina criticamente esses aspectos na relação da disciplina geografia com um foco especial na geografia humana.

A disciplina da geografia tem dois principais campos: geografia física e humana (o foco dessa contribuição), ambas estão

preocupadas com o ambiente (físico e social), tempo e espaço[2]. Kitchen and Tate (2013, p. 3) afirmam que não existe consenso sobre quem são os geógrafos, o que eles fazem, e como eles estudam o mundo. Isso reflete o amplo escopo da disciplina. Além disso, Livingstone (1992 *apud* Kitchen e Tate, 2013, p. 3) afirma que a geografia é indescritível porque ela muda com a mudança da sociedade. No entanto, existe um consenso que o foco da geografia está nas relações interconectadas humano-ambiente nos diferentes contextos e escalas espaço-temporais assim como nas manifestações e variações espaciais e fenômenos socioeconômicos e ambientais (Hanson, 2004; Kitchen e Tate, 2013; Murphy, 2014; Varró, 2014). Dear e Wolch (2014, p. 6) declaram que o foco da geografia humana é "entender a simultaneidade da vida social, política e econômica no tempo e no espaço". Geografia humana e física são interrelacionadas e dialéticas por natureza, uma impacta na outra.

Pesquisas mostraram que o ambiente físico e natural tem e continua a influenciar as mudanças e comportamentos humanos (embora em menor extensão entre os mais ricos da sociedade, aos quais estão em melhor posição para manipular o ambiente do que os grupos pobres na sociedade cujos meios de subsistência e vidas estão mais intimamente ligados aos recursos naturais) (Cassidy 1997; Laland e Brown, 2011). Bradley (1991, p. 3) argumenta que os relacionamentos entre o ambiente e a cultura são fundamentais no entendimento do desenvolvimento histórico da psicologia e sociologia de grupos específicos de pessoas. Além disso, há um consenso crescente de que os fatores humanos afetam dramaticamente o

[2] Os tradutores ressaltam que a Geografia deve ser compreendida como uma Ciência única e integrada. Nesse sentido, a dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana constitui uma separação artificial que precisa ser superada. Essa perspectiva está em consonância com a posição da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), à qual a revista Terra Livre está vinculada.

mundo físico e que os fatores antropológicos[3] são os principais contribuintes para o aumento global de eventos climáticos extremos (Bob et al., 2014; Brown et al., 2007; Intergovernmental Panel on Climate Change, 2007). Da perspectiva ambiental, também é importante notar que a distribuição, exploração, propriedade e controle dos recursos naturais do mundo, desde os direitos da terra e água até o aproveitamento de energia, têm sido fundamentais para influenciar as relações humanas e dinâmicas de poder que, por sua vez, tem instruído a história humana.

É importante notar que as ciências humanas e sociais têm uma forte tradição de reflexão e engajamento crítico. Embora a geografia seja uma disciplina conhecedora desses compromissos (por exemplo, o surgimento da geografia feminista ou de gênero nos últimos anos e a conceituação da ecologia política como um quadro teórico), tem dominado amplamente os discursos incorporados nas ciências ambientais. No entanto, uma proporção significativa do conhecimento gerado e compartilhado ocorre na geografia humana a qual é substancialmente influenciada pelas ciências humanas e sociais. Além disso, a geografia humana desempenha um papel fundamental na sensibilização da pesquisa em geografia física, particularmente em relação à degradação ambiental e mudanças climáticas, nos aspectos socioeconômicos, suas implicações e impactos. Murphy (2014, p.1) afirma que o recente interesse em geografia humana não reflete necessariamente uma apreciação das contribuições ou importância da disciplina, estando mais relacionada com o 'foco na diferença e sua associação com mapas visualmente atraentes'. No entanto, como discutido mais tarde, esses mapas são frequentemente projetados de maneira que servem para a

[3] Do original: "anthropological drivers".

manutenção da supremacia ocidental, apresentados como "verdades objetivas".

O objetivo deste artigo é explorar a perspectiva Afrocêntrica como um quadro metodológico e conceitual para possibilitar a transformação da geografia humana[4]. Destina-se a fornecer uma visão sobre alguns dos problemas e abordagens para o desenvolvimento de uma perspectiva Afrocêntrica da geografia que gira em torno do argumento de que as experiências e contextos africanos podem fornecer um foco para o conhecimento e transformação de comunidades Africanas. O processo de redefinição é crítico para a transformação da agenda e da natureza da produção de conhecimento.

Monteiro-Ferreira (2014, p. i) argumenta que a Afrocentricidade é uma ideia intelectualmente dominante do mundo africano com crescente influência e impacto nas ciências sociais que desafiam os principais aspectos epistemológicos tradicionais do pensamento Ocidental. Embora haja uma clara influência e impacto dos debates da Afrocentricidade e transformação nos contextos históricos, sociológicos, psicológicos, nas ciências educacionais, psicológicas, criminológicas, teológicas, políticas, nas disciplinas filosóficas, linguísticas e antropológicas como ilustrado por Asante (2007) e Bangura (2012); muito pouco trabalho tem sido feito para possibilitar o diálogo da Afrocentricidade na geografia, e nas ciências físicas e naturais em geral. É importante notar, contudo, que enquanto uma estrutura conceitual a Afrocentricidade foi adotada nas ciências sociais e humanas, como no estudo de Pellebon (2012, p. 19) que examina a integração da Afrocentricidade no curso de Serviço

4 Do original: "The aim of this article is to explore the Afrocentric perspective as a methodological and conceptual framework to inform the transformation of human geography".

Social, concluindo que essa integração está limitada nos currículos atuais e agenda de pesquisa em instituições específicas de ensino superior. Isso sugere que mesmo dentro das disciplinas das ciências sociais, a Afrocentricidade não foi adotada suficientemente para transformar o que é ensinado e pesquisado.

Smith (2008, p. 89) realiza uma revisão de Molefi Kete Asante (considerado um dos principais intelectuais do desenvolvimento do quadro teórico da Afrocentricidade) e conclui que o paradigma é útil "como base para compreender os processos ligados ao centro do pensamento africano e que pode ser utilizado para a compreensão do continente (África) contribuindo para uma perspectiva historiográfica e teórica". Asante (1998, p. 19) afirma que a Afrocentricidade é um "quadro de referência" (especificamente incorporada na 'cosmologia, axiologia, estética e epistemologia africana') que informa "o estudo de conceitos, questões e comportamentos africanos". Além disso, Bangura (2012, p. 109) afirma que o Africano-centrismo (também usado de forma intercambiável com Afrocentricidade no artigo) "pressupõe o conhecimento de uma semelhança de traços culturais entre as diversas pessoas de África que caracterizam e constituem uma visão do mundo que é de alguma forma distinta das visões de mundo estrangeiras que influenciaram as pessoas africanas". Além disso, Karenga (1988, p. 404) define Afrocentricidade como uma "Perspectiva ou abordagem enraizada na imagem cultural e no interesse humano do povo africano" que desafia, o que Graham (2001, p. 6) indica como formas de inclusão (e exclusão) que levaram à injustiça social". Ince (2009, p. 52) afirma que "o paradigma Afrocêntrico desafia diretamente as representações que convencionalmente reivindicaram um conhecimento" que era

"embutido de noções de superioridade com base em raça, gênero e classe social distintas". A justiça social é fundamental para a Afrocentricidade (Daniel e Lowe, 2014, p. 1) e geografia humana (DeVerteuil, 2013, p. 599).

Afrocentricidade implica e fornece um ponto de vista e um foco perceptível a partir do qual deriva um sistemático, coerente e benéfico (em relação à melhora das condições e do status dos Africanos e dos Africanos em diáspora) quadro e perspectiva que tem implicações para a pesquisa geográfica e para o que afirmamos ser conhecimento geográfico, particularmente em geografia humana dada a sua orientação socioeconômica. Processos de pesquisa assim como a natureza da produção do conhecimento em geral, incluem orientações e suposições do pesquisador e do (s) sujeito (s) de pesquisa, sejam ideias, pessoas ou lugares. A natureza dos processos de produção de conhecimento e dos relacionamentos entre várias partes interessadas e grupos de interesse estão imersos em relações de poder e dinâmicas desiguais que precisam ser abordadas de forma crítica, uma vez que influenciam os resultados e impactos.

Uma reconsideração crítica da geografia humana no contexto de transformação

A pesquisa geográfica (como é o caso da pesquisa e da produção de conhecimento, de maneira geral) não é um esforço científico objetivo, sem valor. É, portanto, imperativo que os conceitos geográficos, perspectivas e abordagens sejam examinadas criticamente. A afrocentricidade, conforme articulado anteriormente, fornece um ponto de vista alternativo para a geografia humana.

Uma perspectiva Africano-centrada da geografia humana repousa sobre a premissa, como articulado por Keto (1991) e Asante (1988; 1992) décadas atrás e mais recentemente (Asante, 2007), que é legítima e intelectualmente útil para tratar o continente africano como um centro geográfico e cultural que fornecerá o (s) ponto (s) de referência (s) no processo de coleta e interpretação de informações sobre as pessoas do continente africano e da diáspora. Isso se correlaciona com a afirmação de Asante (1993, p. 112) de que o âmbito geográfico da afrocentricidade não se limita ao continente africano, mas onde quer que 'as pessoas se declarem africanas':

> Os pressupostos fundamentais da investigação afrocológica são baseados na orientação africana para o cosmos. Por 'africano' quero dizer claramente um 'Africano composto' não uma orientação étnica africana específica, ou seja, ioruba, zulu, núbia, etc (Asante, 1992, p. 9)

O termo "Africano" é usado neste artigo não para se referir exclusivamente à pigmentação da pele ou localização geográfica, mas para fazer referência a um patrimônio conectado que está ligado a uma identidade pessoal que está enraizada em noções de origem, luta e experiência comuns. Isso não é para desconsiderar a diferenciação socioeconômica ligada a aspectos como raça, classe e gênero. É tornar central valores e visões de mundo, ou seja, a questão fundamental é o pensamento africano.

Na geografia, as implicações da dominação eurocêntrica podem ser percebidas na análise de vários conceitos que são empregados e que permanecem centrais para o desenvolvimento da geografia como uma disciplina e a maneira com que as questões disciplinares são teorizadas. Isso é importante, pois, como afirma Bangura (2012, p. 103), "muitos dos conceitos e dos contextos

utilizados em trabalhos que tratam da África e sua diáspora empregam eurocentrismos que muitas vezes não capturam a essência dos fenômenos que estão sendo discutidos". Na relação geográfica específica, no nível mais básico, a história da disciplina tem creditado a estudiosos e exploradores europeus por fazer "descobertas" e desenvolver ferramentas e explicações que fizeram parte da África e outras bases de conhecimento indígena das pessoas durante séculos antes dessas "descobertas". Vários estudos destacam que essas "descobertas" já eram conhecidas pelas pessoas locais antes da colonização (Asante, 1992, 2002; Karenga, 1988; Keto, 1991). Recuperar a história africana e as contribuições têm sido o centro da afrocentricidade e, mais recentemente, pelo Projeto do Renascimento Africano. A maneira pela qual o mundo é apresentado geralmente fisicamente, especialmente nos mapas, e mentalmente contextualizados, apoiam ainda mais a noção eurocêntrica de dominação e imposição (Bangura, 2012; Blaut, 1993; McGee, 1995). Keto (1991) ilustra como as linhas de longitude utilizam a Europa Ocidental como centro. Além disso, o mapa-múndi mais comumente usados retrata o hemisfério norte no "topo" e o hemisfério sul no "fundo", embaixo, apesar de o planeta ser um objeto no espaço que pode ser visto de qualquer orientação. Outro exemplo espacial flagrante de eurocentrismo na geografia é na cartografia, onde a projeção de Mercator que amplia o hemisfério norte é a mais utilizada.

Hoover and Donovan (2004, p. 18-19) argumenta que os conceitos são '(1) tentativa, (2) com base no acordo, e (3) útil apenas na medida em que captura ou isola algum item significativo e definível na realidade' e que ideias, perspectivas e desenvolvimento de teoria ocorrem através da ligação de conceitos que são usados para

se referir a fenômenos observáveis e comunicar resultados de pesquisas. Essencialmente, os conceitos são centrais para a classificação e permite a generalização. Por exemplo, "explosão populacional" ou "superpopulação" é um conceito-chave na geografia populacional. Este conceito é geralmente usado para descrever a mudança populacional (e especificamente o crescimento) entre as pessoas negras. No entanto, este conceito aparentemente "universal" está repleto de aspectos culturais e conotações socioeconômicas e julgamentos de valor de negros pobres em particular, sendo irresponsável e dependente do apoio governamental. Por exemplo, termos depreciativos como 'mães do bem-estar' ou 'rainhas do bem-estar' são frequentemente usados para se referir a mães negras solteiras que recebem apoio do Estado. Além disso, no continente africano, a noção de "explosão populacional" é incômoda com o genocídio cultural e biológico que denota formas específicas de violência que persistem em muitos países africanos (Eck e Hultman, 2007; Gleditsch 2012; Pruniér, 2007). O genocídio (e conflitos violentos) não é um foco dos estudos populacionais em geografia. A noção de superpopulação, portanto, coexiste desconfortavelmente com a existência de genocídio.

O uso de vários nomes e categorias espaciais e socioeconômicas, a linguagem disciplinar básica da geografia, também é, de várias maneiras, eurocêntrica. Há uma tendência de as regiões serem definidas em relação à Europa, por exemplo, o uso de termos como Extremo Oriente, Oriente Médio e o continente 'Escuro'[5] (referindo-se à África). Este também é um exemplo típico de distorção espacial e imposição de identidade que temporal e espacialmente desconectou Kemet (o nome original do Egito) da

5 Do texto original Dark. Poderíamos traduzir também para África Negra, no contexto brasileiro.

África e o localizou no 'Mundo Árabe' ou no Oriente Médio. Ao fazer isso, as contribuições civilizatórias egípcias feitas ao mundo foram removidas. As implicações sociopolíticas e econômicas do uso de termos como 'Primeiro Mundo', 'Terceiro Mundo', 'regiões em desenvolvimento', 'regiões subdesenvolvidas', 'desenvolvidas' 'países e regiões industrializadas' são problemáticas e reforçam hierarquias eurocêntricas de poder e privilégio. Os termos usados para se referir aos países africanos ('terceiro mundo', 'em desenvolvimento' e 'subdesenvolvido') são geralmente associados a estereótipos e significados negativos. Além disso, eles tendem a mascarar diferenças dentro de países e regiões e, particularmente, a situação dos africanos na diáspora. Por exemplo, os Estados Unidos da América é considerado um país 'desenvolvido' e de 'Primeiro Mundo', no entanto, mais negros vivem na pobreza, quando comparados com os brancos (Boyd, 2014; Glasmeier, 2006), que pode estar ligada ao racismo persistente e outras formas de opressão. Além disso, a maioria desses termos se baseia quase exclusivamente em critérios econômicos europeus que ignoram a importância do conhecimento indígena, dos meios de subsistência, fatores históricos e dimensões culturais em relação aos processos de desenvolvimento.

Há também uma suposição fundamental que sustenta o uso e os significados das categorizações, ou seja, implícita que os processos de desenvolvimento econômico sigam os padrões ocidentais. Esta suposição tem uma política de desenvolvimento, implicações de planejamento que encorajam o planejamento de cima para baixo em contextos africanos que muitas vezes são concebidos e financiados externamente. Isso também está associado com uma imposição de modelos ocidentais e sistemas de valores na África e na diáspora africana. Na melhor das hipóteses, essas políticas de planejamento

abordam parcialmente os aspectos socioeconômicos, políticos e ambientais, bem como os demais desafios e problemas vividos pelos africanos. Na pior das hipóteses, elas são totalmente inadequadas, com implicações e consequências desastrosas para as comunidades africanas, muitas vezes piorando as condições e reforçando desigualdades e conflitos. Assim, é claro que a 'nomeação' de conceitos geográficos e a 'linguagem' disciplinar tida como correta, têm sérias implicações nos níveis de pesquisa, interpretação e política. Como Bangura (2012, p. 104) sugere que a linguagem e os nomes são poderosos processos profundos e sutis capturando significados (carregados de valor e julgamentos).

Geógrafos (as) possuem uma tendência de compartimentar o mundo espacial e economicamente usando categorias políticas, econômicas e ambientais. Isso está embutido em um desejo de "mapear" paisagens e demonstrar os altos níveis de variabilidade socioeconômica e ambiental que caracterizam o mundo, incluindo as diferentes formas de desigualdades. A compartimentação espacial comum se refere às demarcações que relacionam com a localização geográfica (rural, urbana, costeira, interior, informal, áreas construídas etc.), raça, nacionalidade, etnia, filiação religiosa, gênero, níveis de renda e situação econômica. Essas categorias tendem a reforçar e (re) criar diferenças e hierarquias na sociedade. É importante observar que as categorias muitas vezes se sobrepõem criando vários riscos para muitos grupos de pessoas, como mulheres rurais pobres. Examinando criticamente as implicações da categorização ou compartimentação da geografia compreende-se que, pertencer ou não pertencer a um determinado grupo e/ou localização espacial é o que gera opressão e privilégio, simultaneamente, em

diferentes escalas (domicílio, comunidade, nível local, regional e global) e em diferentes lugares e contextos.

Embora as categorias sejam úteis para fins analíticos e rastreamento de mudanças ao longo do tempo, é importante notar que esta tendência de homogeneizar é extremamente problemática. Existem diferenças substanciais, conforme mencionado anteriormente dentro de espaços específicos (como dentro de países) e categorizações (como primeiro mundo ou rural) podem ser enganosas, especialmente quando são percebidas noções que as constituem. A perspectiva afrocêntrica incentiva cientistas sociais a avaliar criticamente a validade do conhecimento, formas de produção de conhecimento, a escolha de qual conhecimento é produzido e para qual propósito e quais os quadros teóricos, epistemológicos e conceituais estão sendo utilizados. Como dito anteriormente, a Afrocentricidade defende que existe uma necessidade de se afastar das 'homogeneizações' dos conceitos que são eurocêntricos, mas apresentados como universais. A Afrocentricidade dá prioridade às experiências dos povos africanos em diferentes contextos, ao mesmo tempo que relaciona essas experiências a aspectos socioeconômicos e estruturas políticas, bem como aos processos históricos. A defesa de uma abordagem africana na geografia humana implica que pesquisas e explicações não podem ser uniformes em termos de questões, abordagens e resultados, uma vez que examinam as expressões e experiências socioeconômicas e políticas das preocupações interesses de pessoas de diferentes localidades, nacionalidades e origens socioeconômicas.

A localização é fundamental para o pensamento e pesquisa geográfica, e é ligada à preocupação da geografia com os espaços absolutos (as coordenadas exatas) e relativo (como o lugar é

percebido e vivenciado). Caro e Wolch (2014, p. 9) identificam três aspectos do dialeto socioespacial: como as relações sociais são constituídas através do espaço, como as relações sociais são restringidas pelo espaço e como as relações sociais são mediadas pelo espaço. Murphy (2014, p. 3) particularmente observa preocupações relacionadas a vieses de localização que "afetam o que fica mais visível, as formas em que a localização e mobilidade geográfica são entrelaçadas, e as oportunidades que um foco na localização geográfica possibilita esforços para compreender a natureza acoplada dos sistemas humano-ambiente". O Conselho Nacional de Pesquisa (2010, p. 45) dos EUA argumenta que, globalmente, mais se sabe sobre certos contextos e questões (particularmente em relação a risco e resiliência) do que outros como resultado do viés de localização. Eles especificam que isso é particularmente notável na Ásia e na África, onde pesquisas sobre perigos, por exemplo, são sub-representadas. Murphy (2014, p. 3) afirma:

> A disparidade na cobertura geográfica tem implicações de longo alcance se considerarmos as suposições não reconhecidas que muitas vezes acompanham generalizações baseadas em estudos de caso que são desenvolvidos sem consideração adequada do viés de localização.

Bob et al. (2014, p. 28) observa especificamente que a existência de dados limitados e estudos de casos específicos sobre mudanças climáticas representam desafios de pesquisa e intervenção que precisam ser resolvidos para capacitar o continente africano a se adaptar e mitigar os impactos devastadores das mudanças no clima e no meio ambiente. A geografia humana tem um papel importante a desempenhar nesse sentido.

Driver (1995, p. 403) afirma que o entusiasmo pela escrita de novas histórias da geografia é, de fato, um dos desenvolvimentos mais marcantes da disciplina. Apesar disso, Sidaway (1997, p. 74) argumenta: "No entanto, em toda parte o que está sendo discutido é apenas a civilização ocidental – e, mais significativamente, como se fosse a fonte única da tradição geográfica".

Sidaway (1997, p. 92) observa que dentro desta iniciativa de repensar a geografia permanece uma tendência de construir e centralizar a tradição ocidental dentro das estruturas aceitas. Essencialmente, isso significa que, embora de origem geográfica, as contribuições, estruturas e conceitos podem ser debatidos e desafiados, no entanto estes são limitados e o status quo permanece praticamente intacto. O crescimento de discursos em torno do "Eurocentrismo e geografia", "a reescrita da história geográfica", e outros tópicos semelhantes são componentes importantes de processos mais amplos de reestruturação e transformação geográfica. A Geografia como disciplina não pode ser separada de sua própria história, preconceitos culturais e equívocos que precisam ser confrontados e contestados.

O papel da pesquisa geográfica para o avanço dos estudos africanos

Kitchin e Tate (2013, p. 1) declaram: "Pesquisa é o processo de investigação e descoberta… Para o ser humano geógrafo, a pesquisa é o processo de tentar obter uma melhor compreensão das relações entre os seres humanos, espaço, lugar e o ambiente".

A pesquisa geográfica é geralmente baseada na coleta de dados primários. Aumentar a visibilidade em termos de informações

existentes e do número de pessoas envolvidas na geração da informação é o ponto de partida para a integração e centralizar os africanos na geografia humana como pesquisadores e sujeitos. A visibilidade emana por meio da coleta adequada de dados e do treinamento de geógrafos humanos centrados na África. Identificar áreas de pesquisa e agendas que respondem às necessidades e preocupações dos africanos; coletar e analisar dados desagregados para o desvendamento e examinação das diferenças e semelhanças; treinar e capacitar pesquisadores utilizando organizações locais; e a adoção de abordagens metodológicas que dão voz aos marginalizados (especialmente em nível local) estão entre algumas maneiras de trazer africanos para a pesquisa em geografia humana. Vozes, conhecimento e experiência africanas e indígenas devem entrar na definição do que constitui a pesquisa, a produção e a disseminação do conhecimento em geografia humana.

A tradição geográfica de mapeamento evoluiu ao longo do tempo, especialmente no contexto dos avanços computacionais e tecnológicos que viram o surgimento do Sistema de Informação Geográfica (SIG) e do Sensoriamento Remoto. Estas abordagens metodológicas espaciais apresentam informações que geralmente são mais adequadas para capturar variáveis pertencentes à paisagem. Embora haja um aumento nos SIGs participativos (Bassa et al. 2014, p. 108) destinados a integrar fenômenos sociais em abordagens de mapeamentos geográficos, esses estudos são limitados e dependem fortemente da construção de consenso de percepções do ambiente físico (muitas vezes derivadas de exercícios em grupos focais que implicam geralmente a participação de uma pequena porção da população) e estes se limitam a aspectos sociais, como o uso da terra, qualidade do solo e problemas de infraestrutura que podem ser

facilmente ‘mapeados’. Outros fenômenos sociais como conflitos por terra, questões de segurança e proteção, e experiências de expulsão e expropriação de terras tendem a ser negligenciados ou reduzidos a pontos em um mapa, identificados como ‘hotspots’. Há uma exploração limitada do que esses conflitos significam na vida das pessoas. Isto também é perceptível na pesquisa sobre mudanças climáticas, onde o foco tende a ser no mapeamento de variáveis climáticas, negligenciando a resiliência e adaptação social, sendo que essas são centrais para o fortalecimento das capacidades locais e globais para lidar com as alterações climáticas.

O exame das limitações técnicas espaciais, por exemplo, levanta a questão sobre a multidisciplinaridade que a geografia busca abraçar. Um geógrafo normalmente é treinado em uma variedade de abordagens quantitativas/estatísticas, qualitativas e espaciais (incluindo o SIG discutido acima). No entanto, embora haja esse amplo continuum de treinamento metodológico, os resultados das pesquisas geralmente tendem a indicar uma tendência à especialização, não apenas reforçando o dualismo entre a geografia humana e física, mas também o seu fortalecimento dentro das subdisciplinas. Um exame dos artigos publicados na South African Geographical Journal por dois anos (2012 e 2013) apoia essa afirmação. Dos 28 artigos publicados neste período, 19 (67,9%) foram baseados em dados primários, enquanto 9 (32,1%) foram compostos de estudos baseados em estudos de desktop[6]. Destes, a maioria (21 - 75%) utilizou uma única técnica, enquanto 5 (17,9%) utilizaram métodos mistos. Dois dos 9 artigos de estudos de desktop não se referiram a nenhum dado, enquanto 7 usaram fontes de dados secundários para realizar as análises. Apenas 3 artigos (10,7%)

[6] Desktop studies. Pode-se traduzir como estudos de gabinete

utilizaram abordagens qualitativas integradas. Os resultados indicam a tendência para abordagens quantitativas e também para a falta de integração multidisciplinar de múltiplas perspectivas na compreensão de fenômenos geográficos. Isto sugere que a disciplina geográfica precisa relembrar como formar pesquisadores e realizar pesquisas. Em termos de formação de pesquisadores, é possível que as técnicas sejam ensinadas separadamente e haja uma falta de prioridade em como dialogar com os métodos. Isso dilui a força da geografia como uma disciplina que tem uma orientação multidisciplinar e é adequada para cruzar e construir pontes entre as ciências físicas, naturais e sociais.

É importante notar que em relação ao uso de abordagens e técnicas quantitativas utilizadas em geografia, incluindo técnicas espaciais como SIG e Sensoriamento Remoto, existe uma premissa de que o conhecimento produzido é "objetivo" e reflete a "verdade". Na verdade, o processo de verificar informações ou características físicas na realidade é referido em relação ao SIG como "verificação do solo". Esta suposição de conhecimento objetivo, isso é científico, é um problema em relação às ciências em geral. A afrocentricidade e outras abordagens teóricas, como humanismo e o feminismo contestaram esta noção de conhecimento objetivo e reiterou que as suposições precisam ser analisadas criticamente no contexto de diferentes perspectivas e pontos de vista. A Afrocentricidade, em particular, tem se engajado criticamente na discussão sobre como a ideologia eurocêntrica possui vantagens (Asante, 2007; Bangura, 2012) no enquadramento do que é considerado conhecimento "objetivo ou válido", possibilitando o disfarce deste conhecimento como produtor de verdades universais.

Ligado a noções do que é considerado conhecimento válido estão as indagações sobre se a África (e sociedades africanas) é objeto ou sujeito das pesquisas e da produção de conhecimento. Esta preocupação foi levantada por décadas. Por exemplo, Rodgers-Rose (1993, p. 10) afirma que em uma pesquisa os africanos ficaram desconfiados e preocupados como pesquisadores de fora do continente (geralmente europeus e norte-americanos) tornam-se autoridades e especialistas em questões relativas ao povo e as condições africanas, propondo as "soluções" que abordarão as questões socioeconômicas, os desafios ambientais e o empoderamento dos africanos. Este aspecto também é notado por Mohanty (1991, p. 1) em relação ao contexto asiático que levanta questões-chave que ainda hoje são pertinentes sobre quem produz conhecimento sobre os povos historicamente colonizados, bem como de que local e para quais finalidades este conhecimento é produzido. Keto (1991, p. 10) refere-se a isso como "assinaturas coloniais" que surgem quando especialistas e autoridades de fora da África superam aqueles que estão dentro dessas comunidades. Este debate persiste até hoje e está fortemente relacionado a quais são as vozes e as preocupações que contam. Asante (1998, p. xii) afirma que a "Afrocentricidade é uma proposição tanto moral quanto intelectual que localiza os africanos como sujeitos em vez de objetos da história humana". Isso não é apenas relevante para a história, mas também como a pesquisa é conduzida, disseminada e utilizada.

Em termos de geografia no contexto africano, há uma preocupação particular: a proliferação de pesquisas relacionadas às questões das mudanças climáticas. Um sinal positivo é que existe uma capacidade significativa de pesquisa no continente com foco nas mudanças climáticas. Embora, além do escopo deste artigo, será

interessante examinar o perfil (por exemplo, sexo, raça, nacionalidade etc.) dos pesquisadores das instituições africanas e quem são seus principais financiadores. Este tipo de análise é importante para examinar se há capacidade significativa para realizar pesquisas desenvolvidas na África e se há uma dependência de recursos externos para pesquisa intensiva em áreas críticas específicas. Além disso, a pesquisa é focada no aspecto físico e nas ciências naturais ou também na geografia humana que ressalta aspectos socioeconômicos, produzindo considerações integradas às áreas do foco da pesquisa? Além disso, é essencial examinar se as perspectivas metodológicas e teóricas alternativas estão sendo adotadas. A importância de ver os fenômenos de diferentes ângulos e perspectivas fortalece nossa compreensão de questões inter-relacionadas, como mudança climática que tem múltiplos fatores e várias consequências.

Conforme indicado anteriormente, a pesquisa geográfica concentra-se em interações entre natureza, sociedade, espaço e tempo. Keto (1991) e Asante (1993) argumentam que a luta pelo controle do espaço e do tempo são fatores importantes que contribuem para os alinhamentos e dinâmicas de poder na sociedade. Eles alegam ainda que este controle de espaço e tempo também foi central para que pesquisadores eurocêntricos ganhassem domínio sobre o resto do mundo. Inegavelmente, tem havido um esforço resoluto de estudiosos e políticos eurocêntricos para controlar e manipular o tempo (especialmente a apresentação e interpretação de processos e eventos históricos) e o espaço. A colonização e o delineamento de regiões e fronteiras espaciais e políticas globais, e, especificamente as fronteiras na África, com contribuições, caso haja, limitadas das populações, culturas, tradições e histórias indígenas

são exemplos flagrantes de controle e dominação espacial, executados principalmente por europeus. Os legados políticos, socioeconômicos e ambientais desses processos ainda são evidentes. Lá não há dúvida de que os episódios mais angustiantes da vida das pessoas negras como colonização, escravidão e apartheid foram e são exercícios geográficos. Esses processos incluíram as remoções forçadas e realocação de pessoas de seus locais de nascimento e ambientes indígenas. Isso resultou em deslocamentos de sistemas familiares e meios de subsistência que resultaram em pobreza generalizada entre populações negras em todo o mundo. Diferentes limites foram criados para controlar pessoas e recursos naturais. Pessoas pobres, em particular, foram forçadas a se mudar para áreas com baixa produtividade agrícola e recursos naturais limitados. Apesar do nosso conhecimento de como as regiões geográficas e limites foram criados, como geógrafos, geralmente não desafiamos essas construções espaciais. Nossa aceitação contínua dessas características físicas e limites servem para validar e dar credibilidade à sua existência.

A geografia humana também está envolvida de forma crítica com construções e consequências da globalização. Enquanto os geógrafos pedem sensibilidade ao contexto e a pesquisa baseada na localidade, há uma tendência geral dentro da disciplina para enfatizar a importância dos processos e intervenções globais, particularmente no contexto das mudanças climáticas, que emergiu como uma temática chave na área das ciências ambientais em geral e na geografia em particular. Há um reconhecimento de que a globalização incentiva a liberalização comercial, investimentos estrangeiros, consumo, mobilidade de pessoas e bens e intensifica a competição internacional. Esses processos prejudicam os meios de

subsistência locais indígenas, consolidam a expropriação e *land grabbing*[7] e a promoção de práticas não sustentáveis; tudo isso aumenta a degradação ambiental e a pobreza. Apesar dos sérios desafios que a globalização acarreta, países em todo o mundo (incluindo no continente africano) aspiram ser integrados na economia mundial, como destacado por Knox et al. (2014) e Martin (2013), e dentro da arena educacional em particular, há um desejo de internacionalização. Little e Green (2009, p. 166) examinam especificamente o papel da educação no sucesso da globalização, que é definida como 'crescimento econômico combinado com igualdade e paz social'. Enquanto eles ilustram como a China, Índia, Quênia e Sri Lanka desenvolveram formas de engajamento de sucesso econômico com o mundo, eles não indicam como isso pode ser sustentado e se a maioria dos países africanos estão bem-posicionados para aproveitar as oportunidades apresentadas. De uma perspectiva geográfica e afrocêntrica, também é importante levantar quem se beneficia nesses países e se estão espalhados

[7] O termo land grabbing refere-se ao processo de apropriação e controle de terras em larga escala, geralmente por agentes nacionais e transnacionais, para fins de acumulação de capital. Mais do que a simples compra de terras, trata-se de um mecanismo político e econômico de controle do território e de seus recursos — como água, biodiversidade e minérios —, intensificado após a crise de 2007/2008. A Geografia tem contribuído para o debate ao destacar o caráter multiescalar, territorial e geopolítico desse fenômeno, marcado pela financeirização e pela atuação de fundos de investimento, corporações transnacionais e Estados nacionais. Para maiores informações sobre o tema, veja: PEREIRA, Lorena Izá. Geografia e land grabbing: elementos para uma compreensão geográfica do controle do território no século XXI. *Terra Livre*, *[S. l.]*, v. 2, n. 59, p. 741–771, 2023. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2918. Acesso em: 19. ago. 2025.; SAUER, Sérgio; BORRAS, Jun. 'Land grabbing'e 'Green grabbing': Uma leitura da 'corrida na produção acadêmica'sobre a apropriação global de terras/ 'and Grabbing'and 'Green Grabbing': A reading of the 'rush in the academic production' about the global land apropriation. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 11, n. 23, p. 6-42, 2016. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/35799/18925. [Nota dos tradutores].

geograficamente, especialmente nas áreas rurais onde a maioria dos pobres residem.

Além disso, Asante (2007) afirma que longe de promover multiculturalismo, a globalização incentiva a homogeneização das sociedades e culturas sustentadas por valores, pensamentos e práticas ocidentais. Esta tem implicações sérias para os tipos de sistemas de conhecimento a que são dados credibilidade. Em particular, os papéis dos sistemas de conhecimento indígenas em capacitar as comunidades locais para responder aos impactos das mudanças climáticas são fundamentais para aumentar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade entre os pobres (Bob et al. 2014; Ibrahim 2011). Isso é particularmente relevante no contexto africano, onde há um consenso crescente de que a África suportará o peso negativo do impacto das mudanças climáticas:

> Muitos países africanos ainda são caracterizados por altos níveis de pobreza; serviços sociais e infraestrutura deficientes; meios de subsistência (incluindo produção agrícola e ecoturismo) dependentes da base de recursos naturais que é sensível à variabilidade climática; alta porcentagem de pobres urbanos que são vulneráveis a desastres naturais; e altos níveis de migração (às vezes como resultados de fatores climáticos). Além disso, esses estados e suas comunidades frequentemente têm pouca capacidade de lidar ou se adaptar a desastres ou mudanças (incluindo estressores climáticos) (Bob et al. 2014, p. 33).

A geografia humana deve estar na vanguarda do desenvolvimento de uma agenda de pesquisa para examinar iniciativas e esforços locais, bem como transformar currículos para integrar os impactos das mudanças climáticas.

De forma mais geral, no contexto africano, há uma necessidade de revisitar currículos de geografia humana de uma perspectiva afrocêntrica. As experiências e estudos de caso específicos precisam ser integrados para revelar a diversidade de vozes, questões e dinâmicas dos lugares. Currículos afrocêntricos e inclusivos irão também requerer transformação e recapacitação de educadores e pesquisadores com a finalidade destes abraçarem diferentes perspectivas, abordagens educacionais e escolhas metodológicas. A visibilidade das questões diretamente relevantes para o contexto e os povos africanos também pode resolver os problemas das taxas de evasão e de desligamento entre estudantes negros (Dei 1996, p. 170). Thompson e Thompson (2008, p. 48) descrevem isso como a "política de (in) visibilidade" e exige que os acadêmicos forneçam informações e ideias que ajudem a desmascarar o racismo fornecendo evidências e dados empíricos sobre a natureza interligada de raça, gênero e classe. Além disso, deveria focar mais em destacar as realizações e contribuições de pesquisa de acadêmicos negros em geografia humana que podem ser modelos e exemplos ilustrativos do que os alunos podem ser capazes de alcançar. Também há necessidade de mais experiências práticas e treinamento de habilidades. O que é necessário é a pesquisa crítica com foco específico nos currículos, nas práticas pedagógicas e abordagens metodológicas em geografia humana. Isso também implica, abordagens que deixem de retratar os povos e sociedades africanas como vítimas, mas como sujeitos com agência, reconhecendo os sistemas de conhecimento e de saber. Como Obama (2007, p. 233) afirma, é importante não ser "roubado de nossa agência" ou estar "preso ao cinismo ou desespero". Além disso, Asante (2002, p.102) afirma que:

> A afrocentricidade apresenta uma saída para o impasse sobre a hegemonia social e cultural: o posicionamento da agência da pessoa africana como unidade básica de análise de situações sociais envolvendo os afrodescendentes são um passo para alcançar a harmonia na comunidade.

Afirmações similares são feitas por Outerbridge (2013, p. 63), que afirma: 'Afrocentricidade propõe que, para atingir esses objetivos, deve haver uma consciência autoconsciente da necessidade de re-centramento através da agência intelectual do povo africano'. Além disso, Monteiro-Ferreira (2014, p. xiii) afirma que a afrocentricidade fornece 'a possibilidade de que as culturas e valores africanos tragam significado ético e social renovado para um projeto sustentado de agência, libertação e igualdade'.

A importância de gerar conhecimento e informações relevantes para informar a mudança é particularmente aguda hoje, uma vez que, como Gilley (2010, p. 87) observa, apesar de passadas duas décadas desde que Nelson Mandela proclamou o 'renascimento do novo africano' (que foi "uma tentativa de ter um encontro frutífero com a modernidade após décadas de autodestruição"), tem havido muito pouco progresso socioeconômico e político no continente. Além disso, desafios ambientais e conflitos agravados pelas mudanças climáticas estão aumentando na África (Bob et al., 2014; Gilley, 2010). Esta situação requer disciplinas como a geografia humana no envolvimento dessas questões.

Metodologicamente, a geografia humana abrange uma ampla gama de ferramentas metodológicas que incluem abordagens quantitativas, qualitativas e espaciais, como discutido anteriormente. As abordagens quantitativas e espaciais têm sido adaptadas para explorar fenômenos socioeconômicos e ambientais. A

disciplina está, portanto, bem posicionada para fornecer maneiras novas e inovadoras, examinando questões-chave de pesquisa no continente africano. No entanto, uma questão-chave está ligada ao valor de uso do conhecimento gerado a partir de pesquisa que pode ser estendida à pesquisa acadêmica em geral. Liu (2014, p. 1) levanta especificamente a preocupação em relação à tendência do ser humano, resultado de pesquisas geográficas sendo confinadas a 'bibliotecas e publicações', que geralmente são apreciadas apenas por um pequeno número de pessoas nas comunidades acadêmicas. Ele afirma ainda que, embora haja uma maior necessidade de geógrafos contribuírem para o desenvolvimento de políticas e debates, sugerindo maior engajamento público e emanando a relevância prática da pesquisa, na realidade, isso está limitado a poucas pesquisas e carece de impacto real. A transformação da geografia humana deve encarar este aspecto e examinar maneiras de traduzir os resultados da pesquisa para informar os resultados práticos que são sensíveis ao contexto e envolve-se significativamente com as comunidades locais de uma forma que empodera e considera central as experiências e conhecimentos locais, como encorajado ao se adotar um paradigma afrocêntrico. Liu (2014, p. 1) afirma que os geógrafos humanos devem interagir mais com as partes interessadas (especificamente a sociedade, a indústria e o estado) externas à comunidade acadêmica.

Conclusão

Geógrafos (as) que abraçam uma perspectiva e abordagem afrocêntrica tem que enfrentar a resistência de outros geógrafos, uma vez que desafiam suposições e conceitos que constituem a natureza e o foco da disciplina. Suposições teóricas, orientações

metodológicas, técnicas, resultados e interpretação de pesquisas, bem como práticas pedagógicas são examinadas criticamente. Geógrafos humanos, em particular, que perseguem uma agenda africana de pesquisa devem abordar as questões levantadas neste artigo. A afrocentricidade fornece uma estrutura relevante e apropriada neste contexto para transformar a geografia humana, garantindo assim que estejamos intencionalmente favorecendo conceitos e práticas geográficas ocidentais ou eurocêntricas. A afrocentricidade, portanto, fornece uma estrutura para a crítica de categorias e conceitos geográficos amplamente usados.

A afrocentricidade é uma "perspectiva do lugar" (Asante, 1992, p. 6) e este artigo indica que o lugar é importante, possuindo aspectos e implicações socioeconômicas, políticas e ambientais. Como Castree (2009, p. 169) afirma, é importante considerar "a diferença que esse lugar faz". O foco da geografia sempre esteve no espaço, tempo e lugar (especificamente na interação humano-ambiente) que são os contextos de experiências, eventos naturais e processos humanos. Conforme sugerido neste artigo, alguns geógrafos localizados dentro de vertentes da geografia radical humanista e de gênero já criaram a base para desafiar as teorias tradicionais e estabelecidas da ciência. Contudo, a afrocentricidade fornece uma lente útil para centralizar vozes, experiências, preocupações e interesses africanos. Isso pode contribuir para o desenvolvimento de alternativas metodológicas e conceituais que podem ajudar substancialmente na busca de estudos africanos que incentivam a repensar as abordagens de pesquisa. Além disso, Varró (2014, p. 3) clama por "perspectivas político-econômicas culturais e espacialmente sensíveis" em geografia que se relacionam com a abordagem afrocêntrica defendida neste artigo. Conforme articulado

aqui, problemas fundamentais que os negros no continente africano e na diáspora estão intensamente ligados muitas vezes a exercícios geográficos deliberados (controle e manipulação do espaço-tempo). O desmantelamento e transformação dessas instituições e mentalidades devem, necessariamente, incorporar a reestruturação geográfica que inclui como os geógrafos pensam e o que os geógrafos fazem.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. *NBR 14724*: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011, 9 p

ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricity.* New Jersey: Africa World Press, 1988.

_____. *Kemet, Afrocentricity and Knowledge.* New Jersey: Africa World Press, 1992.

_____. *Malcolm X as Cultural Hero and Other Afrocentric Essays.* New Jersey: Africa World Press, 1993.

_____. *The Africancentric Idea*. Philadelphia: Temple University Press, 1998.

_____. Afrocentricity and the Decline of Western Hegemonic Thought: A Critique of Eurocentic Theory and Practice. In: CHRISTIAN, M (ed): *Black Identity in the 20th Century*. London: Hansib Publications, 2002.

_____. *An Afrocentric Manifesto: Towards an African Renaissance.* Cambridge and Malden: Polity Press, 2007.

BANGURA, Abdul Karim. From Diop to Asante: Conceptualising and Contextualising the Afrocentric Paradigm. *The Journal of Pan African Studies,* v. 5, n. 1, p.103-125, 2012.

BASSA, H, U Bob & S Munien. Gender and Land use in KwaZulu-Natal, South Africa. In Oberhauser, AM & I Johnston-Anumonwo (eds): *Global,* 2014

BLAUT, JM. *The Coloniser's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History.* New York: The Guilford Press, 1993.

BOB, U, S Bronkhorst & S Sala. Conceptual and Theoretical Considerations for Conflict-sensitive Climate Change Adaptation in Africa. In Bob U & S Bronkhorst S (eds): *Conflict-sensitive Adaptation to Climate Change in Africa.* Berlin: BWV – Berliner WissenschaftsVerlag, 2014.

BOYD, R 2014. African American Disproportionality and Disparity in Child Welfare: Toward a Comprehensive Conceptual Framework. *Children and Youth Services Review* 37:15-27, 2014.

BRADLEY, M. *The Iceman Inheritance: Prehistoric Sources of Western Man's Racism, Sexism and Aggression.* New York: Kayode Publications, 1991.

BROWN, O, A Hammilla & R McLeman. Climate Change as the 'New' Security Threat: Implications for Africa. *International Affairs* 83,6: 1141–1154, 2007.

CASSISY, T. *Environmental Psychology: Behaviour and Experience in Context.* East Sussex: Psychology Press LtD, 1997.

CASTREE, N. Place: Connections and Boundaries in an Interdependent World. In Clifford, NJ, SL Holloway, SP Rice & G Valentine (eds): *Key Concepts in Geography.* London: SAGE, 2009.

DANIEL, JB & TB Lowe. Social Work Students' Acceptance of Afrocentricy into the Social Work Curriculum. *Fort Valley State University Journal of Teaching, Leaning, and Scholarship* 1,1:1-15, 2014.

DEAR, M & J Wolch. How Territory Shapes Social Life. In Wolch, J & M Dear (eds): *Power of Geography: How Territory Shapes Social Life.* New York: Routledge, 2014.

DEI, GJS. The Role of Afrocentricity in the Inclusive Curriculum in Canadian Schools. *Canadian Journal of Education* 22,2:170-186, 1996.

DE VERTEUIL, G. Where has NIMBY Gone in Urban Social Geography? *Social and Cultural Geography* 14,6:599-603, 2013.

DRIVER, F. Geographical Traditions: Re-thinking the History of Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers* 4:403-404, 1995.

ECK, K & L Hultman. One-sided Violence against Civilians in War. *Journal of Peace Research* 44,2:233-246, 2007.

GILLEY, B. The End of the African Renaissance. *The Washington Quarterly* 33,4:87-101, 2010.

GLASMEIER, AK. *An Atlas of Poverty in America: One Nation Pulling Apart, 1960*-2003. New York: Routledge, 2006.

GLEDITSCH, NP. Whither the Weather? Climate Change and Conflict. *Journal of Peace Research* 49,1:3-9, 2012.

GRAHAM, M. *Social Work and African-Centred Worldviews*. Birmingham: Venture Press, 2001.

HANSON, S 2004. Who Are 'We'? An Important Question for Geography's Future. *Annals of the Association of American Geographers* 94,4:715-722, 2004.

HOOVER, K & T Donovan. *The Elements of Social Scientific Thinking*. Belmont, CA: Wadsworth, 2004.

IBRAHIM, Ho. Traditional Knowledge of Indigenous People in the Face of Climate Change: Adaptation of Nomadic Pastoralist in Chad. In *New Voices, Different Perspectives.* Proceedings of the Africa

Adapt Climate Change Symposium 2011. Sussex: Institute of Development Studies, 2011.

INCE, L. *Kinship Care: An Afrocentric Perspective.* PhD Thesis submitted to the University of Birmingham. Intergovernmental Panel on Climate Change 2007. *Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge and New York: Cambridge University PresS, 2009.

KARENGA, M. Black Studies and the Problematic of a Paradigm: The Philosophical Dimension. *Journal of Black Studies* 18,4:395-414, 1988.

KETO, CT. *The African Centred Perspective of History: An Introduction.*New Jersey: K.A. Publications, 1991.

KITCHEN, R & N Tate. *Conducting Research in Human Geography: Theory, Methodology and Practice.* New York: Routledge, 2013.

KNOX, P, J Agnew & L McCarthy. *The Geography of the World Economy.* 6th Edition. New York: Routledge, 2014.

LALAND, K & G Brown. *Sense and Nonsense: Evolutionary Perspectives on Human Behaviour.* New York: Oxford University Press, 2011.

LITTLE, AW & GREEN, A. Successful Globalisation, Education and Sustainable Development. *International Journal of Educational Development* 29:166-174, 2009.

LIU, W. Research in Human Geography: Getting Closer to Society, Industry and the State. *Asian Geographer* 1-6. doi:10.1080/10225706. 2014.942946, 2014.

MARTIN, WG. *South Africa and the World Economy: Remaking Race, State, and Region.* Rochester: University of Rochester Press, 2013.

MCGEE, TG. Eurocentrism and Geography: Reflections on Asian Urbanisation. In Crush, J (ed): *Power of Develompmet*. New York: Routledge, 1995.

MOHANTY, Chandra. Cartographies of Struggle: Third World Women and the Politics of Feminism. In Mohanty, CT, A Russo & L Torres (eds): *Third World Women and the Politics of Feminism.* Indianapolis: Indiana University Press, 1991.

MONTEIRO-FERREIRA, A. *The Demise of the Inhuman: Afrocentricity, Modernism, and Postmodernism.* Albany: SUNY Press, 2014.

MURPHY, A. Strategic Directions for Geography: Lessons from the U.S. National Academies Understanding the Changing Planet. *Asian Geographer* 1-7. doi: 10.1080/10225706.2014.942945, 2014

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. *Understanding the Changing Planet: Strategic Directions for the Geographical Sciences*. Washington, DC: National Academy Press, 2010.

OBAMA, B. *The Audacity of Hope: Thoughts on Reclaiming the American Dream.* Edinburgh: Conongate Books Limited, 2007.

OUTERBRIDGE, D. *The Social and Historical Construction of Black Bermudian Identities: Implications for Education.* PhD Thesis submitted to the University of Toronto, 2013.

PELLEBON, D. Is Afrocentricity Marginalised in Social Work Education? A Survey of HBSE Instructors. *Journal of Human Behaviour in the Social Environment* 22,1:1-19, 2012.

PRUNIÉR, G. *Darfur: The Ambiguous Genocide.* New York: Ithaca University Press, 2007.

RODGERS-ROSE, L. The African-American Women and the Continued Feminisation of Poverty. In Aldridge, DP & L Rogers-Rose

(eds): *River of Tears: The Politics of Black Women's Health.* New Jersey: Traces Publishing, 1993.

SIDAWAY, J. The (Re) making of Western 'Geographical Tradition': Some Missing Links. *Area* 29,1:72-80, 1997.

SMITH, L. An Afrocentric Manifesto: A Book Review. *The Journal of Pan African Studies* 2,7:87-89, 2008.

THOMPSON, D & THOMPSON, J. Afrocentric Schools and the Politics of invisibility. *The Ardent Review* 1:45-49, 2008.

VARRÓ, K. Making (More) Sense of Political-economic Geographies of Continuity and Change: Dialogue Across Ontological Divides. *Progress in Human Geography* 1-21. DOI: 10.1177/0309132514521480, 2014.

Recebido para publicação em 12/04/2025

Aceito para publicação em 03/09/2025